



EDUCAÇÃO • TRABALHO • DEMOCRACIA

Direito não se reduz, se amplia

13 a 17 de Outubro de 2015 • São Paulo-SP

**TEXTO SOBRE CONJUNTURA APROVADO
PELA COORDENAÇÃO DO CONCUT
COMO SUBSÍDIOS AOS CECUT'S**

CONJUNTURA INTERNACIONAL**CRISE DO CAPITALISMO**

1. Num mundo mergulhado na crise do capitalismo, em que o desemprego atinge mais de 200 milhões e com previsão de aumentar segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o imperialismo busca via guerras aos povos e ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores impor sua política de pilhagem e desagregação.
2. É a crise mais longa e intensa desde a depressão mundial do final dos anos vinte do século passado, causada pelas contradições do processo de acumulação hegemônico pelo capital financeiro, especulativo e predatório. A concorrência entre grandes corporações capitalistas define as medidas adotadas para o enfrentamento da crise sistêmica. Arrasta nações e blocos regionais para a rivalidade industrial, comercial, financeira e militar. Ingressamos numa fase aguda de conflitos em que as fronteiras e identidades nacionais sucumbem aos interesses das grandes corporações que se confrontam no terreno do sistema mundial financeirizado. Destaca-se, nesse processo, o poder da rede de organizações transnacionais, sobretudo dos bancos, na determinação dos rumos da economia internacional. Cerca de 147 supercorporações detêm o controle de 60% das operações financeiras envolvendo a produção e venda de mercadorias e serviços em todo o mundo.
3. No bojo da crise do sistema capitalista, o ideário neoliberal se impõe como pensamento dominante, definindo como solução um conjunto de políticas que restringem o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e regulador do mercado, impõem a retirada de direitos e a precarização do trabalho e restringem os gastos públicos em políticas sociais.
4. Neste cenário, a luta de classes intensifica-se e apresenta contornos mais nítidos, demonstrando as questões que colocam em campos opostos os setores da sociedade e definindo os espaços em que elas se movimentam como forças políticas em defesa de seus interesses. Para a classe trabalhadora, esse é um momento crucial.

INTERVENÇÃO IMPERIALISTA E DESESTABILIZAÇÃO DE REGIMES DEMOCRÁTICOS

5. Uma nação imperialista, como os Estados Unidos, torna-se mais perigosa quando corre o risco de perder sua hegemonia do que quando está expandindo seu império. A ação dos serviços de espionagem como a CIA e a NSA, fazendo monitoramento das comunicações de telefones ou mensagens eletrônicos de líderes mundiais, mostra que não existem limites ao governo norte-americano para impor seus interesses. Sua ação imperialista continua, em várias partes do mundo, visando impedir o crescimento influência de países que possam prejudicar seu domínio. Usa diretamente a intervenção militar ou recorre a outros mecanismos, como o financiamento de organizações e institutos que propagam idéias gerais como a defesa da democracia, da liberdade e o combate à corrupção para fomentar movimentos de massa, mobilizados pelas redes sociais e apoiados pela mídia tradicional.
6. Foi o que ocorreu na Ucrânia, onde a União Européia e os Estados Unidos tinham interesse em combater a influência russa. Não tiveram pudor de se aliar a grupos neonazistas para a derrubar um presidente eleito e fomentar uma guerra civil .
7. No norte da África e no Oriente Médio, o imperialismo buscou tirar proveito das convulsões sociais conhecidas como Primavera Árabe para expandir o seu poder e desestabilizar governos que não atendiam plenamente seus interesses, mesmo que o resultado dessa intervenção saísse de seu controle. Em alguns casos, buscou fomentar e influenciar nos rumos de mobilizações já existentes. Em outros, “fabricou” mobilizações para a opinião pública, com apoio das poucas agências de notícias de alcance global, para legitimar o financiamento a grupos armados opositores, a mobilização de mercenários e bombardeios. Síria e Líbia são os dois principais exemplos dessa estratégia, países que agora estão fragmentados por guerras civis e veem o aumento do fundamentalismo religioso. Iniciativas dessa natureza, além da invasão e destruição do Iraque, favoreceram o surgimento do Estado Islâmico.

8. Na América Latina e no Caribe, não tem sido diferente. Não é segredo para ninguém que, sempre que pode, usando o surrado pretexto de “promover a liberdade e a democracia” e promovendo amplas campanhas de propaganda regadas a dinheiro farto, o imperialismo dos EUA desestabiliza e derruba governos quando os vê como estorvo aos interesses de suas multinacionais, como aconteceu em Honduras e no Paraguai.
9. Usando método semelhante, estendem essa estratégia para a Argentina, a Venezuela e o Brasil. Na Argentina, partidos opositores da direita, pautados pelos “acontecimentos” da conspiração que matou um procurador federal, tentam desestabilizar o governo argentino num período que antecede as eleições presidenciais em 2015.
10. Na Venezuela, intensificam-se as pressões para que o governo de Maduro implemente ajustes fiscais, aumente as concessões às empresas e retire direitos e benefícios dos trabalhadores conquistados com a reforma da Lei Orgânica do Trabalho, durante o governo Chávez em 2010. As leis recentemente aprovadas pelo governo Obama, de sanções a funcionários do governo venezuelano, combinam-se com a criação de um fundo especial do Departamento de Estado dos EUA, de 5 milhões de dólares, cujo objetivo é ajudar a direita opositora no trabalho sujo de aumentar a instabilidade política no país.
11. No Brasil, as manifestações de rua organizadas pelos setores da sociedade que não aceitaram os resultados do segundo turno das eleições presidenciais contaram com a participação ativa de entidades cujos dirigentes foram treinados e receberam recursos financeiros de organizações norte-americanas. Elas alimentam nas redes sociais a campanha pelo impeachment da presidente Dilma, fomentam o ódio e a criminalização do PT, dos sindicatos e dos movimentos sociais que atuam no campo da esquerda.

AGENDA NEOLIBERAL: OFENSIVA DO CAPITAL CONTRA O TRABALHO

12. Em boa parte do mundo, a adoção de políticas neoliberais provocou a recessão, o corte de direitos e/ou diminuição do emprego e da renda. Nos países europeus da zona do euro foi aplicada a fórmula neoliberal instituída pela troika (Banco Central Europeu, Conselho Econômico Europeu e FMI. A “receita” não tem dado certo e a crise econômica manifesta-se de forma mais aguda na Grécia, Espanha, Irlanda, Portugal e Itália. Os patrões buscam deliberadamente transferir e jogar o ônus da crise financeira nas costas dos trabalhadores.
13. Essa ofensiva torna-se mais nítida desde 2014, quando os empregadores, apoiados nos governos, levantaram-se contra o Direito de Greve dos Trabalhadores em uma reunião da OIT. Com o falso argumento de que a Convenção 87 (que trata da liberdade de organização sindical dos trabalhadores sem a interferência de governos e patrões) não fala explicitamente em Direito de Greve, a ofensiva dos patrões visou questionar esse direito fundamental dos trabalhadores.

REAÇÃO DE GOVERNOS E SETORES POPULARES

14. A ofensiva imperialista e as políticas de ajuste neoliberal enfrentam, no entanto, a resistência da classe trabalhadora em dos países mais afetados pela crise econômica. Na Grécia, a reação popular foi decisiva na eleição do Syriza (sigla para Coalizão da Esquerda Radical) que chegou ao governo prometendo combater a austeridade e fortalecer as políticas sociais, mas que ainda enfrenta grandes dificuldades para implementar sua agenda, devido à falta de autonomia econômica, pelo fato do país fazer parte da Zona do Euro.
15. Na América Latina, a eleição de presidentes progressistas em importantes países permitiu a substituição do modelo neoliberal por uma política estado-desenvolvimentista, gerando empregos, proporcionando redução da pobreza, melhor distribuição de renda, ampliação dos espaços de participação popular e colocando o Estado como indutor da economia.

16. O Brasil continuou com sua agenda de fortalecimento das relações Sul-Sul e construção de um sistema global multipolar nesses últimos anos, desafiando os interesses das potências centrais. Entre suas principais ações podemos destacar:
- a) o enfrentamento aos EUA após a descoberta que este espionava diversas autoridades, cidadãos e cidadãs do Brasil;
 - b) a criação do Banco dos BRICs, em parceria com Rússia, China e Índia, para ser um contraponto ao FMI;
 - c) a liderança política que buscou impedir interferência externa em assuntos de países da América Latina, como foi a tentativa da OEA durante a crise na Venezuela no começo de 2014;
 - d) a oposição à política norte-americana no Oriente Médio, em especial ao massacre israelense em Gaza e o bombardeamento no Iraque e na Síria ao longo de 2014.
17. A classe trabalhadora e os setores populares não deixaram de se mobilizar contra a ofensiva do capital, ainda que poucas vitórias concretas tenham sido alcançadas. Em vários países da Europa, o movimento sindical, em aliança com movimentos sociais, foi às ruas seguidas vezes nos últimos anos contra os pacotes de austeridade. Novas formas de organização e de luta surgiram na Espanha, onde buscaram impedir o despejo de pessoas de baixa renda de suas moradias, ou na Grécia, onde cooperativas de ajuda mútua foram formados para compensar a falta de políticas sociais para a população de baixa renda.
18. Nos EUA o próprio direito à sindicalização e à negociação coletiva foi atacado por alguns governos estaduais conservadores, gerando forte resposta por parte dos trabalhadores e das trabalhadoras. Apesar do quadro de estagnação econômica, o movimento sindical decidiu ir à ofensiva na luta por direitos. Diversas mobilizações nacionais tem sido levadas a cabo pelo aumento do salário mínimo pelo sindicato nacional de comércio e serviços, onde se concentram os empregos mais precários. Mais recentemente, diversas cidades foram palco de manifestações contra o assassinato de negros, em especial de jovens, pela polícia, reflexo da persistente exclusão social das minorias na sociedade norte-americana, agravadas em período de crise econômica.

19. Na América Latina destaca-se a luta que no Brasil a CUT vem protagonizando, junto com centrais sindicais e movimentos sociais parceiros, em defesa dos direitos, da democracia, da Petrobrás e do projeto de desenvolvimento vitorioso nas eleições de 2014. A CUT continua sendo uma referência importante para o movimento sindical internacional, como revela o fato de ter conquistado a presidência da CSI. Deve continuar utilizando essa influência para reforçar as relações Sul-Sul com Centrais Sindicais comprometidas com a luta contra o imperialismo e o neoliberalismo, numa defesa intransigente dos direitos dos/as trabalhadores/as, dos direitos humanos, da democracia, da soberania das nações e do processo de desenvolvimento com inclusão social. Destaque deve ser dado à continuidade da ação da CUT na América Latina e na região do Caribe, onde desenvolve em parceria com a CSA projetos de cooperação visando o fortalecimento do movimento sindical.

CONJUNTURA NACIONAL

20. O atual cenário econômico e político no Brasil, muito adverso para a classe trabalhadora, contém desafios cuja natureza e complexidade exigirão da CUT, ao longo do processo de realização do 12º CONCUT em 2015 e para além do congresso nos próximos anos, um posicionamento firme e uma estratégia de alianças e de acumulação de forças para resistir à política de ajuste que transfere para os/as trabalhadores o ônus da crise econômica com a retirada de direitos (MPs 664 e 665) e o desemprego; para resistir e derrotar, com igual ímpeto, a ofensiva dos empresários no Congresso visando a precarização das relações do trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos (PLC/15 da terceirização); para enfrentar, com igual veemência, a ofensiva da direita para desestabilizar a ordem democrática e, ao mesmo tempo, para exigir as mudanças necessárias ao fortalecimento da própria democracia brasileira como a reforma política, a democratização dos meios de comunicação e a reforma agrária, além da continuidade do projeto de desenvolvimento que promova o crescimento, fortaleça a educação, diminua as desigualdades, amplie a inclusão social .
21. Esses desafios colocam-se atualmente no centro da luta de classes no Brasil. Devem ser debatidos pelas entidades cutistas no local de trabalho, nos sindicatos, nas plenárias setoriais e regionais e congressos estaduais. Em defesa dessa agenda, a classe trabalhadora deve se colocar em movimento a partir do local de trabalho, ocupando praças e avenidas, construindo alianças com os movimentos sociais, envolvendo a sociedade, pressionando os patrões, o congresso nacional, o poder judiciário e o governo. O desemprego se combate com crescimento econômico e as desigualdades com políticas de inclusão como a educação. Direito não se diminui, se amplia. A democracia se fortalece com as reformas estruturais que aperfeiçoem as instituições políticas, livrando-as dos traços herdados da ditadura e da influência do poder econômico das empresas; reformas que rompam o monopólio de poucos grupos econômicos nos meios de comunicação, que deixa a sociedade à mercê de seus interesses; reformas que rompam igualmente as estruturas de poder advindos da concentração fundiária no campo, usada

para impor condições abusivas de exploração do trabalho e formas predatórias de uso do solo. É por isso que a CUT defende a tese de uma Constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político, pois com o atual congresso não haverá uma reforma democrática, na melhor das hipóteses se conseguirá barrar o retrocesso que seriam o "distritão" e a constitucionalização do financiamento empresarial, como ocorreu finalmente na votação de 26 de maio.

DEFESA DO DESENVOLVIMENTO E DO EMPREGO

22. Enfrentamos no segundo mandato de Dilma um quadro econômico e político muito diferente daquele do seu primeiro governo, no qual aprofundou as políticas dos dois governos Lula, ainda que em condições mais adversas devido à crise econômica mundial. Entre os principais avanços podemos citar a continuidade da política de valorização do salário mínimo, a regulamentação de direitos para certas categorias, como foi o caso das trabalhadoras domésticas, o reconhecimento dos e das jovens como sujeitos portadores de direitos com a sanção do Estatuto da juventude, a aprovação da PEC do trabalho escravo, do marco civil da internet, a destinação dos *royalties* do Pré-Sal para a Saúde e Educação, além da inclusão da meta no PNE de atingir 10% do PIB para a Educação até 2024 e do investimento em infraestrutura, com a continuidade do PAC.
23. Dilma também realizou enfrentamentos com o grande capital, mas foi só parcialmente bem sucedida. Houve uma grande redução da taxa Selic, que atingiu seu menor patamar em décadas (7,25% a.a.), mas a reação dos banqueiros e rentistas foi violenta. O governo utilizou os bancos públicos, reduzindo suas taxas de juros e spread bancário, para forçar os bancos privados a seguirem no mesmo sentido. A pressão sofrida fez o governo recuar e gradativamente voltar a taxa de juros a patamares aceitáveis pelo rentismo.

24. O crescimento da economia, do emprego e da renda foi garantido durante esses quatro anos, porém em patamares cada vez mais baixos. O governo buscou elevar o investimento privado através de políticas de incentivos e desonerações para as empresas, porém sem contrapartida trabalhista ou social. O empresariado aproveitou essas medidas para elevar sua taxa de lucro ao invés de investir mais. Também se utilizou de outras estratégias, como aumento da rotatividade, para reduzir custos e os ganhos dos trabalhadores e das trabalhadoras. O governo, por sua vez, acabou elevando seu déficit e chegando a situações contraditórias, como a maior taxa de emprego da história e, ao mesmo tempo, um aumento significativo de pedidos do seguro-desemprego.
25. A disputa eleitoral de 2014 expôs o grau de acirramento da luta de classes no Brasil. A vitória de Dilma (PT) foi arrancada nas ruas com muito esforço e garra da militância, contra a direita reacionária, processo no qual a CUT e os movimentos sociais tiveram um papel fundamental. Frente ao acirramento da disputa, a campanha da Dilma optou por convencer o eleitorado fazendo uma guinada à esquerda, apresentando possibilidades para um quarto mandato de maior aprofundamento das políticas sociais e de democratização do Estado.
26. Na contramão deste discurso, no entanto, o governo editou no final de dezembro as MPs 664 e 665, que penalizam os/as trabalhadores/as com a perda de direitos. Foi o prenúncio de um plano de ajuste fiscal a ser executado por Joaquim Levy, novo Ministro da Fazenda e homem de confiança do mercado no atual governo. A CUT se posicionou radicalmente contra as medidas que impõem sacrifícios à classe trabalhadora. Se trata-se de equilibrar as contas públicas, deveriam ser adotadas medidas visando combater a sonegação fiscal, a tributação progressiva sobre o lucro das empresas e as grandes fortunas, a taxação da remessa de lucros das multinacionais para suas matrizes, assim como o fim das medidas de desoneração fiscal que contemplam alguns setores da economia em detrimento de outros e fragilizam a Previdência Social.

27. A CUT tem questionado, da mesma forma, a elevação da taxa de juros para conter a inflação, por aumentar a dívida pública e desestimular o investimento, assim como é contrária aos cortes profundos no orçamento que, além de restringir políticas sociais importantes, levarão o país à recessão em 2015, provocando o aumentando do desemprego que já se faz sentir em alguns setores da economia como a indústria, a construção civil e os serviços, além de atingir a maioria das regiões do país. Conhecemos de perto e de longa data os impactos do desemprego sobre a vida dos/as trabalhadores/as e como esse processo dificulta e fragiliza a ação sindical. Devemos nos preparar para enfrentar, mais uma vez, este desafio nos próximos anos. Além das ações imediatas para impedir as demissões, devemos travar no plano nacional o combate contra a política recessiva de ajuste econômico, defendendo o modelo de desenvolvimento contido na Plataforma da CUT para as Eleições, apresentada aos candidatos políticos em 2014.

DEFESA DO TRABALHO E DOS DIREITOS

28. A luta contra a aprovação no Congresso das MPs 664 e 665 e do PL 4330 levou a CUT a desenvolver uma das mais intensas campanhas de mobilização de suas bases dos últimos anos em defesa dos direitos ameaçados da classe trabalhadora, envolvendo paralisações no local de trabalho, manifestações de rua e atos públicos nas capitais dos estados e cidades do interior, pressão sobre os parlamentares nos estados de origem, nos aeroportos e dentro do próprio Congresso. Essas ações de massa contaram com o apoio efetivo de centrais sindicais e movimentos sociais parceiros, deram visibilidade à CUT no cenário político nacional. É uma luta essencialmente em defesa do trabalho e contra o retrocesso nos direitos que regulam as relações de trabalho. É uma luta que se estende aos limites da fronteira da cidadania, desta vez num esforço dramático de resistência para que o trabalho não seja precarizado e a organização sindical não seja fragilizada.

29. Essa luta vai se estender no próximo período, e para a qual o movimento sindical cutista deve se preparar, de cenário adverso de aumento do desemprego, de pressão permanente dos empresários sobre um congresso conservador e subordinado ao poder econômico, e de um governo fragilizado pela crise econômica e política.
30. Para entendermos a conjuntura turbulenta que vivemos, é importante analisar a recomposição do setor conservador nos últimos anos, particularmente no Congresso, palco decisivo da luta pelos direitos. Se antes os ataques ao governo vinham principalmente dos partidos de oposição e da grande mídia, ao longo do primeiro governo Dilma novos setores foram se somando, incluindo partes que eram/são da “base aliada” mas nunca se contentaram com um Brasil sendo governado por forças populares.
31. Vimos, num primeiro momento, a ofensiva dos grandes bancos e grandes empresas, através de ataques públicos por parte de seus presidentes ou do uso a de seu poder econômico para frear o desenvolvimento brasileiro (contenção de crédito e locaute de investimentos, por exemplo). No Congresso Nacional, deputados fundamentalistas religiosos, com apoio da bancada ruralista, buscaram disputar espaços para implementar e dar visibilidade para sua agenda reacionária, como foi o caso da eleição do pastor Marcos Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos. Por fim, diversos setores do Judiciário atenderam as exigências da mídia com o objetivo de desestabilizar o governo. O julgamento da Ação Penal 470, levado a cabo com base da teoria do “domínio do fato”, condenando sem provas reais, e a Operação Lava Jato com seus vazamentos seletivos para criminalizar o Partido dos Trabalhadores são os dois maiores exemplos do alinhamento do judiciário às forças políticas interessadas em desestabilizar o governo.
32. A vitória de Dilma no segundo turno das eleições não apagou o fato de que o Congresso eleito ainda no primeiro turno (05 de outubro) ser o mais reacionário desde o fim da ditadura militar. A eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados foi mais um capítulo da ofensiva conservadora. Longe de ter sido uma vitória garantida apenas por sua capacidade de articulação política, esse já era um projeto gestado

anteriormente. Eduardo Cunha conseguiu o apoio de diversos grandes empresários prometendo implementar os projetos do interesse desse setor e em troca conseguiu que financiassem uma rede de deputados de diversos partidos, o que foi fundamental para sua vitória.

33. Essa maioria conservadora no Congresso já mostrou a que está disposta, aprovando o projeto de redução da Maioridade Penal, que degrada a relação do Estado com a juventude; a “ PEC da Bengala” que eleva para 75 anos a idade em que os juízes devem se aposentar, impedido a renovação do Supremo durante o segundo mandato de Dilma e criando uma relação de cumplicidade entre o poder judiciário e o poder legislativo.
34. Foi emblemático o empenho de Eduardo Cunha no encaminhamento do PL 4330 que libera a terceirização para atividade-fim e provoca um processo generalizado de precarização das relações de trabalho. Sob pressão dos empresários, manipulou o regimento interno da Câmara, impôs o regime de urgência na votação do projeto, impediu a entrada de dirigentes e militantes sindicais no Congresso (teoricamente a Casa do Povo) e reprimiu com violência as manifestações populares do lado de fora.
35. A CUT dará continuidade a luta contra a aprovação o PLC/15 (antigo PL4330) no Senado, exigindo que sejam contempladas na sua regulação questões fundamentais: a proibição da terceirização na atividade fim, o reconhecimento da responsabilidade solidária entre a empresa contratante e a contratada, o reconhecimento da representação sindical pela categoria preponderante. Manterá vigilância e pressão sobre o Senado e fará o chamamento da greve geral se não forem levados em conta os interesses da classe trabalhadora. A CUT não aceitará jamais que a regulamentação da terceirização universalize a precarização que hoje já atinge cerca de 25% dos trabalhadores/as brasileiros.

A DEFESA DA DEMOCRACIA

36. Ao não colocar em prática a agenda vitoriosa no segundo turno, o governo Dilma abriu espaço para a direita, com forte apoio midiático e de grupos organizados nacionais e internacionais, aumentar a mobilização na tentativa de impeachment da presidenta eleita, ou mantê-la acuada durante todo o mandato, paralisando o governo, aumentando a crise econômica e política. Ainda que as mobilizações tenham perdido força, os partidos de oposição ainda flertam com a possibilidade de dar um golpe na nossa democracia.
37. Para além do pedido de impeachment da presidenta, a direita quer é a destruição do PT porque sabe que é um instrumento fundamental de luta da classe trabalhadora. E na sequência, querem destruir a CUT, os movimentos sociais e os sindicatos, o MST, a UNE, todos que podem fazer um anteparo a essa avalanche de política conservadora que se articula no Brasil. Então, temos que construir um processo de unidade da esquerda brasileira para enfrentamento de classe contra a direita. Uma derrota da esquerda abrirá flanco para direita mais conservadora, fascista, reacionária e violenta contra nossos interesses. Não há uma alternativa diferente.
38. Este cenário coloca também a necessidade de abrir um caminho para as mudanças de fundo que a nação exige e que seguem travadas pelas instituições que ainda mantêm traços herdados da ditadura militar como o Congresso Nacional e o STF. O último período revelou a existência de um fosso entre o povo e as instituições no país, situação que exige profundas mudanças, principalmente no sistema político brasileiro.
39. Tem origem nos setores reacionários do Congresso o projeto de contra-reforma política, que institucionaliza o financiamento empresarial de campanhas eleitorais, origem de todo o problema levantado pela Lava Jato. O projeto só interessa aos grupos mais fisiológicos e tornaria nosso sistema político menos democrático. Devemos combater essa iniciativa fazendo a defesa de uma ampla reforma do sistema político brasileiro, a ser efetuada por uma Assembleia Constituinte exclusiva e soberana, livre das pressões do poder econômico e dos

partidos políticos. A unidade de mais de 430 organizações sindicais, populares e partidárias (entre elas a CUT, a UNE, o MST) na Campanha do Plebiscito Popular por uma Assembleia Constituinte tem sido um passo importante, desde 2013. Milhares de militantes, centenas de manifestações, debates e reuniões culminaram numa votação histórica na semana da pátria (setembro 2014) com cerca de 7,5 milhões de votantes dizendo SIM para uma Assembleia Constituinte Soberana e Exclusiva para reformar o sistema político brasileiro.

40. A Democratização dos Meios de Comunicação, pauta fortemente defendida pela CUT, recebeu uma sinalização favorável do governo no início desse segundo mandato, para logo depois recuar, alegando que o clima político não dá abertura para tal iniciativa. Mas por outro lado, temos que lembrar que a mídia continua sendo oligopolizada atuando como partido de oposição e desrespeitando a diversidade. A mídia acha-se no direito de julgar, condenar e manipular em nome da liberdade de expressão. Por isso a CUT acha necessário a continuação na luta pela pluralidade e diversidade da informação, no qual os trabalhadores possam ter vozes, vezes e um novo marco regulatório das comunicações.
41. Esse paradigma da comunicação, voltado para o lucro e a serviço da manipulação política, precisa ser quebrado. É fundamental defender um outro paradigma, em que a Comunicação é concebida como política pública e como direito humano. Política pública que preserve a pluralidade, a representatividade e o interesse público. Direito humano que assegure o acesso aos meios de comunicação, a liberdade de expressão e a participação social na construção do conteúdo e gestão do sistema de radiodifusão.

A DEFESA DA EDUCAÇÃO

42. As greves dos professores da rede estadual e municipal de ensino em vários estados do país recolocaram no centro do debate nacional o tema da educação, priorizado como um dos temas estruturantes do 12º CONCUT (Trabalho, Educação e Democracia). Para além das questões corporativas, que demandam solução urgente, as greves também mostram a distância existente entre a

centralidade da educação como política pública, expressa na consigna “Pátria Educadora” e a realidade das salas de aula das nossas escolas públicas. Por mais que tenha havido avanços e investimentos na política educacional nos últimos 12 anos (destinação dos *royaltes* do Pré-Sal para a Saúde e Educação, meta no PNE de atingir 10% do PIB para a Educação até 2024, PROUNI, FIES, Programa Ciências Sem Fronteira, PRONATEC, ampliação da rede de ensino técnico, ampliação do número de universidades federais) o país está longe de assegurar aos brasileiros/as a educação pública de qualidade como um direito universal.

43. Há muito tempo na sociedade brasileira existe um grande consenso sobre importância da educação como instrumento indispensável na construção da identidade nacional e no processo de enfrentamento das desigualdades, com elevação do conhecimento da classe trabalhadora, bem como na alavancagem de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social.
44. Não por outra razão, o movimento sindical Cutista, liderado pelos profissionais da educação, investiu parte significativa da sua energia nos últimos anos na defesa da educação pública, laica, universal e de qualidade para todos e todas.
45. Foi a partir desta luta que se conquistou a realização de duas (2) Conferências Nacionais que envolveram mais de quatro (4) milhões de pessoas em suas diferentes etapas, das quais resultou o Plano Nacional de Educação - PNE, onde se apontam as prioridades de investimentos para a próxima década, consolidadas através de suas vinte (20) metas.
46. Tais metas, aliadas a estratégia de implantação do Piso Salarial Profissional do Magistério, apontam a necessidade de um forte investimento na implantação de planos de cargos e salários, como parte do enfrentamento dos desafios referentes a luta pela valorização dos profissionais da educação. Além disso, uma das importantes conquistas do PNE, diz respeito a definição sobre o financiamento da educação com a decisão de se investir 10% do PIB e pela utilização dos recursos do pré-sal.
47. Apesar de todos estes avanços no Plano Nacional de Educação, o que estamos percebendo no cenário atual da educação brasileira é desalentador. Por um lado, o Governo Federal parece desconsiderar todo o processo de construção do PNE, que se deu com ampla participação da sociedade quando apresenta um

documento apontando desafios e diretrizes para a educação, elaborado pela Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência, sem fazer menção alguma ao PNE.

48. Além disso, entre as propostas que constituem as medidas do ajuste fiscal, consta o contingenciamento de aproximadamente R\$ 7 bilhões dos recursos da educação, o que representa um retrocesso no cumprimento das metas previstas no PNE. A redução de tais recursos, atinge potencialmente o financiamento das Universidades Públicas e a política de financiamento estudantil – FIES, o que penaliza parcela significativa da juventude trabalhadora que depende do crédito estudantil para ter acesso ao ensino superior.
49. No âmbito dos Estados e Municípios este quadro é ainda mais grave, já que Governadores e Prefeitos alegam não ter recursos para implementar a política do piso salarial profissional do magistérios e os respectivos planos de cargos e salários reivindicado pelos(as) trabalhadores(as) da educação que têm recorrido à greve como último recurso na tentativa de serem ouvidos e abrirem espaços de negociação.
50. Da parte dos Governadores, os casos mais emblemáticos neste enfrentamento, vêm ocorrendo no Paraná e em São Paulo, estados governados pelo PSDB, onde as reivindicações dos(as) trabalhadores(as) da educação viraram caso de polícia. Além da negativa no atendimento das demandas, desencadeiam uma forte repressão, ultrapassando todos os limites de uma sociedade democrática na qual deve prevalecer a liberdade de organização.
51. Esta crise que atravessa a educação em todos os níveis no país, atinge também o programa nacional de acesso a educação profissional e tecnológica – PRONATEC. Para além de não representar um avanço na implementação de uma nova concepção educacional que supere o neotecnicismo sob a hegemonia da pedagogia das competências, tal programa se constituiu como mais uma fonte de transferência de recursos para a iniciativa privada – Sistema S e Universidades Particulares, cuja qualidade da oferta é, sem dúvida, questionável. Em muitas regiões do país, sente-se o descompasso entre o que se oferta frente a realidade do mercado de trabalho local, seja no meio rural ou urbano.

52. Por outro lado, não há controle social dos recursos do PRONATEC que são repassados para a iniciativa privada o que dificulta uma avaliação qualitativa dos impactos das ações deste programa frente as demandas dos trabalhadores e trabalhadores na busca pela melhoria das suas condições de vida. Em certa medida, o PRONATEC retoma a tese da empregabilidade e da culpabilidade do trabalhador pela sua condição de desempregado. Esta concepção precisa ser profundamente questionada e combatida se queremos que a educação profissional também seja um dos meios pelo qual o/a trabalhador/a deve tomar consciência da sua condição de classe nos sistema capitalista.
53. Neste cenário, a CUT investir em um trabalho de conscientização do conjunto dos seus sindicatos que a defesa da educação pública e a luta pela valorização dos profissionais da educação, não pode ser uma tarefa apenas dos trabalhadores(as) da educação. Como uma dimensão social que interessa a todos e todas, deve-se investir em ações conjuntas para que esta luta ganhe a relevância que tem na constituição da consciência cidadã e no fortalecimento da ação sindical baseada no princípio da solidariedade de classe.

PAPEL DA CUT

54. A CUT teve um protagonismo grande ao conseguir estabelecer uma aliança com diversos movimentos sociais na defesa da democracia, do emprego e dos direitos dos/as trabalhadores/as e dos direitos humanos, da Petrobrás como patrimônio do povo brasileiro, de uma reforma política que empodere o povo e tire a influência do poder econômico, além de seu engajamento na luta pela educação e por uma mídia mais plural e democrática.
55. O 12° CONCUT deve ser um espaço de fortalecimento de nossa organização e capacidade de ação, reafirmando nossas pautas e nosso projeto e, acima de tudo, o caráter combativo, classista e de massas da maior Central Sindical do Brasil.